

DEPARTAMENTO DE HISTORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

MAURÍCIO MAIOLO LOPES

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM MINAS
GERAIS NA DÉCADA DE SESSENTA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

MARIANA, NOVEMBRO DE 1997

DEPARTAMENTO DE HISTORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

MAURÍCIO MAIOLO LOPES

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM MINAS
GERAIS NA DÉCADA DE SESSENTA

MONOGRAFIA APRESENTADA AO
CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO COMO PARTE
DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE BACHAREL EM HISTÓRIA.

ORIENTADOR: MARCO ANTÔNIO TOURINHO FURTADO

MARIANA, NOVEMBRO DE 1997

Aos meus pais,
Juraadir e Maria Eurides.

"A economia aparece como pano de fundo do palco social. Isso não significa, naturalmente, que pré determine, *com certeza*, o social; mas significa que dá o tom a uma época"

Jean Bouvier

SUMARIO

LISTA DE TABELAS.....	06
INTRODUÇÃO	07
I - CONCEITOS RELACIONADOS À DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	10
1.1- População Economicamente Ativa (PEA).....	10
1.2- Renda pessoal.....	11
1.3- Produto Interno Bruto (PEB).....	11
1.4 - Renda nacional.....	13
II - TEORIAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	14
2.1-Teorias sobre distribuição funcional da renda.....	15
2.2- Teorias sobre distribuição pessoal da renda.....	22
2.3- As controvérsias nacionais.....	23
III- A ECONOMIA BRASILEIRA E MINEIRA NO PERÍODO.....	28
3.1- A crise dos primeiros anos.....	29
3.2-As principais tentativas de reformas.....	30
3.3- O retorno do crescimento.....	34
3.4- Relações entre a economia nacional e a mineira.....	34
3.5- O modelo de desenvolvimento mineiro.....	35
3.6- A evolução da economia mineira.....	36
IV - MEDIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS MUDANÇAS.....	38
4.1-Das fontes.....	39
4.2- Principais tabelas.....	40
4.3- índice de GEMI e Curva de Lorenz.....	44
4.4- Interpretação do fenómeno.....	45
4.4.1- Política salarial.....	46
4.4.2- Política tributária	49
4.4.3- Formação profissional.....	52
V-CONCLUSÕES.....	59
VI-BIBLIOGRAFIA.....	60

LISTA DE TABELAS

Capítulo III

I - Inflação e crescimento do P3B no Brasil - período: 1960/1966	29
II - Inflação e crescimento do PJB no Brasil - período: 1966/1970.....	34
III - Crescimento do PIB per capita em Minas e no Brasil.....	34
IV - Taxa média de crescimento anual do PIB mineiro por setores.....	37
V - Estrutura do PIB por grandes setores em Minas Gerais (percentuais).....	38

Capítulo IV

I- Distribuição da renda pessoal em Minas Gerais e Brasil.....	41
II- Evolução da renda média mensal em Minas Gerais.....	43
III- Coeficiente de GINI para Minas Gerais e Brasil.....	43
IV- População e renda acumulada.....	45
V- Curva de Lorenz.....	47
VII - Evolução do salário mínimo em Minas Gerais.....	49
VIII - Distribuição da arrecadação de tributos em Minas Gerais.....	51
IX - Educação e renda em Minas Gerais e Brasil (1960).....	55
X - Educação e renda em Minas Gerais e Brasil (1970).....	57
XI - Participação dos grupos educacionais na renda mineira.....	59

INTRODUÇÃO

O nível de distribuição de renda de uma nação é sem dúvida um dos principais demonstrativos da situação de bem-estar de sua população. Parece-nos claro também, que o padrão de distribuição da renda é um dos fatores mais importantes na determinação de modelos de desenvolvimento. Entretanto, consideramos ainda mais importante a influência no sentido contrário, ou seja, do modelo de desenvolvimento determinando transformações nos níveis de distribuição de renda.

Por isso, dentro da economia do mundo contemporâneo é fundamental o conhecimento dos impactos dos conflitos distributivos sobre os processos de desenvolvimento económico e vice-versa.

No Brasil este tema passou a ter grande repercussão a partir da publicação dos dados preliminares do Censo Demográfico de 1970, pois este, comparado ao Censo anterior (1960) veio a revelar um enorme aumento na desigualdade da distribuição de renda. Isto justamente num momento em que a economia atravessava um momento de crescimento acelerado.

Sob o ponto de vista teórico houve uma grande divergência quanto às tentativas de explicação do aumento da desigualdade. De fato, quando vamos tratar as questões teóricas sobre o tema - tanto sobre distribuição funcional quanto pessoal da renda - percebemos que existe uma grande controvérsia dentro dessas análises; vemos que ultrapassam as dimensões mais económicas introduzindo e/ou incorporando uma série de análises ideológicas, ficando assim, até hoje, impossível uma conclusão definitiva sobre o assunto.

Temos dois objetivos principais neste trabalho: o primeiro é fazer um levantamento da

distribuição de renda e sua evolução em Minas Gerais durante a década de sessenta, o segundo, é procurar os principais fatores que influenciaram as modificações dos níveis de distribuição de renda neste período.

Como metodologia para mensurar a distribuição da renda e sua evolução, utilizamos o índice de GEMI e a Curva de Lorenz, além de algumas tabelas básicas.¹ Já na avaliação dos elementos causadores das transformações ocorridas no período, resolvemos analisar três fatores que consideramos os mais importantes: a política salarial, a política tributária e a formação profissional.

Para a execução deste trabalho, utilizamos dados dos Censos Demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas (IBGE) de 1960 e 1970, outros da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais e ainda alguns da Fundação Getúlio Vargas (FGV).²

Este trabalho tem como principal característica seu aspecto monográfico (iniciação científica), por isso dedicamos um primeiro capítulo a análise de alguns dos principais conceitos econômicos envolvidos no estudo da distribuição de renda.

No segundo capítulo tratamos as principais correntes teóricas sobre distribuição de renda, fazemos um levantamento histórico das principais linhas de pensamento, desde os economistas "clássicos" até os dias atuais e, por último, as controvérsias nacionais.

No terceiro capítulo tratamos das principais mudanças econômicas que tanto o país como o estado mineiro passaram durante este período, desde a crise nos primeiros

¹ O índice de GINI e a Curva de Lorenz são explicados no momento de suas utilizações. ² A problemática envolvida na utilização desses dados é tratada no capítulo IV.

anos da década de sessenta até o final da década, com os primeiros anos do "milagre econômico".

Na quarta parte trabalhamos a distribuição de renda em Minas Gerais, fazendo um

levantamento de seus números, sua evolução e discutindo suas relações com o crescimento econômico.

Finalmente, apresentamos no quinto capítulo, as principais conclusões do trabalho.

I - CONCEITOS RELACIONADOS À DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Este trabalho tem como principal característica, seu aspecto monográfico (iniciação científica). Para que fique bem claro o objeto em que trabalhamos, dedicamos este pequeno capítulo a análise de alguns dos principais conceitos econômicos envolvidos no estudo da distribuição de renda e que serão utilizados durante o trabalho.

1.1- População economicamente ativa

A população economicamente ativa (PEA) é aquela que corresponde à parcela da população que pode desempenhar efetivamente um trabalho remunerado.

Por suposição, a população apta ao trabalho é considerada aquela constituída pelos homens e mulheres com idade compreendida entre os 15 e 60 anos, considerando-se assim as pessoas que não se encontram nessa faixa etária como população passiva.

Porém, existem algumas outras formas de se analisar mais profundamente essa composição. Além da idade, deve-se levar em conta o sexo, a atividade, o nível de preparação, etc.

Na realidade, por diversos motivos, principalmente nos países pobres, existem crianças e velhos desempenhando diversos tipos de tarefas. Da mesma maneira, encontra-se uma grande parcela da população incluída na PEA sem trabalhar efetivamente.

Existem também aquelas pessoas que, como as donas de casa, que mesmo desempenhando importante trabalho, encontram-se fora do grupo dos ativos, pois não são remuneradas; também, deve-se acrescentar a existência dos estudantes, que atrasam sua entrada no mercado de trabalho, atraso este recompensado pela promoção profissional, etc.

1.2 - Renda pessoal

É a renda total dos indivíduos antes que tenham pago o imposto de renda e demais impostos pessoais. Inclui um volume substancial de pagamentos de transferências do governo, que não são incluídos na renda nacional. Inclui também os pagamentos de transferência feitos pelo setor privado.

A renda pessoal é aquela recebida pelo indivíduo em forma de salário, lucro, juro, aluguel, arrendamento ou remuneração por serviços prestados.

Para seu cálculo deve-se partir da renda nacional e subtrair as contribuições para a previdência social, os impostos sobre os lucros das sociedades anônimas e os lucros não distribuídos por eles. Os impostos não são incluídos porque vão para o governo e os lucros não distribuído, porque financiam a expansão dessas sociedades.

A renda pessoal disponível é a que sobra para os indivíduos depois de pagos os impostos; representa a renda efetivamente á disposição dos indivíduos para consumo ou poupança.

1.3 -Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto é o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos num sistema econômico durante um certo período de tempo. O valor desse produto é determinado pelos preços cobrados no mercado onde esses bens e serviços são negociados, excluindo-se as transações intermediárias. Esse valor é também, igual ao total de parcelas da renda e de outros direitos, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Assim, o Produto Interno Bruto representa o total de todos os

direitos que surgem num processo de produção. Segundo Paulo Sandroni¹, esse valor pode ser calculado de três maneiras distintas:

1) - Pela ótica da produção :

"O PIB corresponde a soma de todos os valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos' indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais".

2) - Pela ótica da renda:

"É calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico do país, sob forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios.

3) - Pela ótica do dispêndio:

"Resultado da soma dos dispêndios em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta"

¹ SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. 6ª ed. São Paulo, Best Selier. 1994.

1.4 -Renda nacional

A renda nacional é o total das remunerações pagas a todos os fatores utilizados no processamento das atividades econômicas de produção. Ela corresponde ao total de todas as remunerações pagas, durante certo período de tempo, a todos os agentes envolvidos nas

atividades produtivas, ou seja: ela é a soma de todos os rendimentos obtidos pelos habitantes de uma nação, a título de remuneração dos fatores de produção. Assim, podemos dizer que a renda nacional é uma noção social, sua estrutura determina os valores sociais de cada época. Na renda nacional inclui-se salários, lucros, juros, aluguéis, arrendamentos, as receitas recebidas por aqueles que trabalham por conta própria e ainda lucros e rendas líquidas dos organismos governamentais que não são distribuídos por não haver capital privado a remunerar. Esse fluxo de renda gerado pela remuneração dos fatores de produção proporciona por sua vez, os recursos com que as pessoas adquirem bens e serviços necessários tanto a satisfação de suas necessidades (consumo) quanto a aplicação da capacidade produtiva do sistema econômico (investimento).

É a renda nacional que assegura a conservação, a renovação e conseqüentemente o aumento de capital.

Desse modo se completa o ciclo econômico produtivo nacional - fluxo de bens e serviços gerados pelo aparelho produtivo - renda nacional; pagamento desses fatores de produção; despesa nacional (consumo e investimento líquido). Matematicamente, esses três agregados econômicos apresentam quantias idênticas.

Para calcular a renda nacional subtraem-se do PIB, a depreciação (redução do valor ativo em conseqüência do desgaste pelo uso, obsolescência tecnológica ou queda no preço de mercado) e os impostos diretos e indiretos por não serem considerados remuneração a qualquer um dos fatores de produção.

II - TEORIAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A origem da preocupação com as relações entre economia e distribuição de

renda, vem dos economistas "clássicos" (Adan Smith, David Ricardo e Malthus) que, da mesma maneira que Marx trataram o assunto como resultado da situação das classes sociais no momento da produção. Ao final do século XIX, os "marginalistas" (Jevons, Walras, Bohn Bawerk entre outros), vão tratar a distribuição de renda baseando-se nas proposições gerais de troca no mercado e nas condições técnicas de produção incorporadas à função de produção, ou seja: cada classe social recebe o equivalente a sua contribuição, supondo-se de imediato, uma igualdade de condições entre os agentes envolvidos. Já à partir da década de 1950 alguns economistas da escola de Cambridge (Pierrô Sraffa e Joan Robisson) vão contestar a teoria neoclássica e trazer de volta a questão dos aspectos distributivistas como ponto central da teoria econômica.

Neste capítulo apresentaremos os principais pontos destas teorias e também as principais discussões sobre distribuição pessoal da renda. Para isso, dividimo-io em três partes: a primeira trata os aspectos relacionados à distribuição funcional da renda (terra, trabalho e capital); a segunda trata das questões relativas à distribuição pessoal da renda (divisão da renda nacional entre salários, lucros, juros e aluguéis, etc.) e a última, das principais correntes teóricas no Brasil.

2.1 - Teorias sobre distribuição funcional da renda

Adam Smith foi o primeiro economista a tratar as questões relativas a distribuição. Porém, em nenhum momento de sua obra trata especificamente a questão da repartição da renda. Sua teoria sobre distribuição está inclusa no capítulo que trata dos "fatores que compõem o preço das mercadorias".

Para ele o processo de produção em todas as sociedades pode ser reduzido a uma série de esforços humanos ou seja: todo valor imputado a um produto é atribuído ao trabalho nele incorporado. O capital nada mais é do que o fruto do trabalho acumulado, ou em outras palavras, os instrumentos ou meios de produção são na realidade a contribuição do trabalho dada pelos que produziram.

"...o valor real dos diversos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar ou comandar. O trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra, e daquela que se desdobra no lucro devido ao empresário".

Após explicar os fatores determinantes do preço total de uma mercadoria ele trata a questão da distribuição dizendo:

"Assim como o preço ou valor de troca de uma mercadoria, específica, considerada isoladamente, se decompõe em algum dos três itens ou nos três conjuntamente, da mesma forma o preço ou o valor de troca de todas as mercadorias que constituem a renda anual de um país - considerando-se as mercadorias em seu complexo total - deve decompor-se nos mesmos três itens, devendo esse preço ser dividido entre os diferentes habitantes do país, ou como salários pelo trabalho, como lucros do capital investido, ou como renda da terra. Assim sendo, o que é anualmente obtido ou produzido pelo trabalho de cada sociedade, ou - o que é a mesma coisa - o preço total

¹ SMITH, Adam. A riqueza das nações. Vol. 1. Trad. Luiz João Baraúna. Nova Cultural. Col. Os economistas. São Paulo, 1996. Cap VI pp 101-116. ²Idem.p. 103.

disso, é originariamente distribuído entre alguns dos membros da sociedade".

A distribuição dessa renda, segundo Smith, é dirigida ao conjunto de salários,

lucros e de rendas, ou seja: cada uma das classes (proprietários de terra, trabalhadores e capitalistas) recebem de forma distinta essa remuneração: os proprietários de terra o aluguel, os trabalhadores o salário e os capitalistas o lucro.

Ricardo tem uma preocupação maior com o tema, pois, logo no prefácio de "Princípios de Economia Política e tributação" ⁴ ele coloca o problema da repartição como a principal questão da economia política.

"O produto da terra - tudo o que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital - se divide entre três classes da sociedade,, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo.

Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes sobre os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, da engenhosidade e dos instrumentos empregados na terra.

Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da economia política: embora esta ciência tenha progredido com as obras de Turgot, Stuart Smith, Say, Sismondi entre outros, eles trouxeram muito pouca informação satisfatória a respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário ".

De fato Ricardo vai dar maior relevância às leis "naturais" que controlam a distribuição da renda, pondo limites à expansão econômica, o que Smith não fizera. Dando maior importância a questão da terra através da lei dos rendimentos

³ SMITH. Adam. Op. cit. p. 105.

⁴ RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Nova Cultural. Col. Os economistas. São Paulo. 1996.

decrecentes: com o aumento da procura da terra, aumenta-se o preço dos produtos, o

que faz haver um crescimento da renda da terra. Com o aumento do preço dos produtos, também se aumenta o custo de subsistência obrigando os salários reais a permanecerem os mesmos. Esse aumento contínuo faz diminuir a taxa de lucro até chegar o momento em que os capitalistas não tem mais lucro, diminuindo a expansão da atividade econômica (estado estacionário).

Assim, ele passa a dar importância aos outros fatores que também compõem o valor, principalmente a terra.

"Ao avaliar, portanto, as causas das variações no valor das mercadorias, seria errôneo omitir totalmente o efeito produzido pelo encarecimento ou barateamento do trabalho, mas seria igualmente errôneo atribuir-lhe muita importância!"

Assim sendo, percebemos que a principal diferença entre Adam Smith e Ricardo é que o primeiro não põe limite à economia, já o segundo limita-a através da lei dos rendimentos decrescentes.

Da mesma forma que Ricardo, Marx tratou o valor e a distribuição de renda como principais fatores da economia política. Isso é visto na sua concepção de valor-trabalho e, principalmente, desenvolvido na análise da mais-valia.

Para Marx o valor de uso – aquele que satisfaz uma necessidade – está fora do espaço de estudo da economia, diferentemente do valor de troca que é aquele gerado pelo material que é fornecido pela natureza e transformado pelo trabalhador.

“Uma mercadoria tem um valor por ser uma cristalização do trabalho social. A grandeza de seu valor ou de seu valor relativo, depende da maior ou

RICARDO, David. Op. cit p. 39.

menor quantidade dessa substância social a que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os valores relativos das mercadorias se determinam pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nehs".⁶

Percebemos que, de fato, Marx assim como Adam Smith considerava que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção.

A partir dessa constatação passamos ao estudo da mais-valia, que é o valor do trabalho não pago aos trabalhadores, isto é, a exploração que os assalariados sofrem pelos capitalistas.⁷

A força de trabalho, segundo Marx, numa economia capitalista é vendida como uma mercadoria e seus compradores, os capitalistas, pagam aos trabalhadores salários definidos da seguinte maneira: como a força de trabalho é uma mercadoria que tem valor determinado (meios necessários à subsistência do trabalhador); se o trabalhador trabalhar mais do que o número de horas necessário à sua subsistência, produzirá não só o valor de sua força de trabalho mas também um excedente que Marx denomina mais-valia. O lucro surge como um sobrevalor que foi criado pelo trabalhador no momento da produção e que é apropriado pelo capitalista.

Marx separa o capital constante do variável. O constante é aquele representado pelos meios de produção, matérias-primas, etc, e o variável é aquele representado pela força de trabalho, ou seja, o que gera a mais-valia.

Para Marx, essas relações práticas de distribuição são nada mais do que a expressão de produção historicamente determinadas (materialismo histórico).

⁶ MARX, K. Salário, Preço e Lucro. Trad. Leandro Konder . In: Col. Os Economistas. Nova Cultural. São Paulo, 1996, p. 92.

⁷ Idem. pp 100-102.

São essas relações de distribuição e produção que dão a possibilidade de acumulação e reprodução do sistema capitalista. Enquanto a mais-valia aparece como lucro do capitalista, ele usa para reproduzir seus meios de produção, aumentando também, o número de trabalhadores e esse processo se reconstrói continuamente.

A teoria marginalista começou a ser desenvolvida a partir da década de 1870 pelas escolas de Viena. De certa forma, ela nasce como oposição à teoria marxista, abandonando o conceito de valor-trabalho e definindo o valor dos bens através da sua utilidade (fator subjetivo). Portanto, o valor de um bem varia de acordo com cada indivíduo.

"A reflexão detida e a pesquisa levaram-me à opinião, de alguma forma inédita, de que o valor depende inteiramente da utilidade. As opiniões prevaletentes fazem do trabalho, em vez da utilidade, a origem do valor; (...). Demonstrro ao contrário (...) verifica-se que frequentemente o trabalho determina o valor, mas apenas de maneira indireta, ao variar o grau de utilidade da mercadoria por meio do aumento ou Limitação da oferta".⁸

Nessa teoria, um dos pontos mais importantes é que cada agente envolvido nos esforços de produção - os proprietários de terra, os capitalistas e os trabalhadores - devem ser pagos pela sua contribuição nesta produção. Em outras palavras, o emprego de cada fator de produção determina sua remuneração.

"Não se trata mais de desvendar as leis de movimento nascida da oposição das classes sociais no âmbito da produção, senão de postular as condições de equilíbrio no processo de troca"⁹

⁸ JEVONS, W. Stanley. A Teoria da Economia Política. Trad. Cláudia Laversveí;er de Moraes. Os Economistas. Nova Cultural São Paulo, 1996. p. 47.

⁹ BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Distribuição de Renda: Uma visão da controvérsia. In: TOLIPAN, Ricardo e Tineli, A. C. (orgs.) A Controvérsia Sobre a Distribuição de Renda.. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p 17.

Eles partem do pressuposto de igualdade de condições entre esses agentes no momento da produção. Assim sendo, o principal problema referente à distribuição é como colocar os capitalistas e os trabalhadores numa mesma condição no momento da produção.

Tanto o capitalista como o trabalhador aparecem no mercado como proprietários de fatores de produção os quais se dispõem a vender em troca de uma remuneração. Dessa maneira essa teoria pode ser trabalhada dentro da teoria dos preços, ou seja: a remuneração dos fatores de produção depende do preço ao qual ele consiga obter no mercado pela venda de seus serviços. Conseqüentemente, cada um desses fatores receberá remuneração determinada pela oferta e demanda de seus serviços no mercado.

Em resumo, para os marginalistas, o trabalho já não é mais o único fator criador de valor, o capital também tem capacidade de igualmente produzi-lo. Assim como o trabalhador tem direito ao seu salário, o capitalista merece seu lucro.

Já a partir da década de 1950 Pierrô Sraffa e Joan Robinson, economistas da escola de Cambridge passam a contestar a teoria marginalista, causando uma nova revolução dentro das questões distributivistas e vão fazer do distributivismo o ponto central da teoria econômica.

Joan Robinson foi uma das primeiras pessoas a atacar a teoria neoclássica. Para ela, é impossível encontrar em uma unidade em que o capital possa ser medido como um número, isto é, como um índice interdependente dos preços relativos e da distribuição, de modo que possa ser introduzido em função de produção onde, ao lado do trabalho se possa explicar o nível do produto nacional.

Para Sraffa a economia neoclássica nos leva a enxergar o sistema econômico

como *"uma avenida unidirecional que leva desde os fatores de produção aos bens de consumo"*¹⁰, ou seja, o sistema económico é baseado em um conjunto de atividades dependentes.

A partir disso, Sraffa propõe uma teoria contrária, onde o sistema económico (produção, circulação e consumo) seja um conjunto de atividades interdependentes, onde simplesmente cada atividade utiliza como insumos, os bens produzidos pelas outras.¹¹

Assim, seu modelo económico é baseado numa sociedade onde o produto total seja apenas o suficiente para manter os trabalhadores e repor os meios de produção. Nesse sistema, os preços são designados por um conjunto de valores de troca que são apenas necessários à assegurar a perpetuação desse processo, ou seja, os preços são determinados juntamente com a oferta.

Percebemos, portanto, que a primeira e principal mudança introduzida por Sraffa é que dentro de sua teoria, não haveria produção (geração) de excedente, e, se produzido um excedente, o sistema se torna auto contraditório.

Portanto, para Sraffa as alterações nas participações do salário e do lucro alteram tanto os preços como a distribuição da renda. Para ele, as leis que governam a distribuição do produto estão relacionadas às relações entre proprietários, meios de produção e trabalhadores e não dentro de uma função técnica de produção. Assim, o que cada uni recebe, está diretamente relacionado ao seu poder de barganha.

¹⁰ SRAFFA, P. Mudanças nos métodos de produção.

¹¹ Sraffa inclui entre os insumos, os meios de vida necessários à subsistência dos trabalhadores.

2.2 - Teorias sobre distribuição pessoal da renda

Apesar da necessidade da existência de teorias nesta área, para que se possa discutir e delinear políticas que interfiram nesse processo, ao contrário da renda funcional, a distribuição de renda pessoal não possui, ainda, um substancial conjunto teórico que ofereça e/ou facilite sua compreensão.

Existem apenas duas principais interpretações nessa área: uma é a teoria estocástica e a outra, aquela inserida na teoria do capital humano. No entanto as duas oferecem muito pouco de relevante para a interpretação da mecânica distributiva.¹²

A teoria estocástica tenta mostrar que os níveis de distribuição de renda seriam resultado de uma série de movimentos aleatórios nas rendas dos indivíduos. Em cada período as rendas pessoais podem passar por variações percentuais aleatórias independentemente de seu nível. Essa linha de pensamento muito pouco oferece nessa compreensão, pois ela ignora a participação dos indivíduos da formação de sua renda.

Além de pouco ajudar na interpretação das determinantes da distribuição da renda, contribui menos ainda ao auxílio de discussões para implantação de políticas redistributivas.

Por outro lado, a distribuição de renda é vista como sendo determinada por condições existentes na oferta e na demanda de características dos trabalhadores.

Essa visão está inserida dentro da teoria do capital humano, segundo a qual o investimento na formação profissional e educacional dos indivíduos permitem a eles

auferirem de uma renda maior no futuro.¹³

¹² RAMOS, Lauro R.A. e REIS, J. Guilherme de Almeida "Distribuição de renda no Brasil: aspectos teóricos e o debate no Brasil" Em: (...) p. 27.

Os defensores desta teoria consideram que não existe necessidade de políticas redistributivas, pois as pessoas maximizam sua renda ao longo do tempo. Para eles, as imperfeições dos mercados podem ser superadas apenas com uma melhora do sistema educacional.¹⁴

Existe uma série de considerações que são ignoradas nesta linha de pensamento, das quais a principal é a influência familiar na formação da renda individual pois, alguns argumentos dizem que a renda familiar determina a educação antes da educação determinar a renda. Outra consideração importante é que não só a educação mas uma série de fatores (saúde, alimentação, moradia, etc.) influem na formação profissional.

2.3 - As controvérsias nacionais

As principais discussões sobre distribuição de renda no Brasil surgiram ao findar da década de setenta, a partir da publicação dos dados preliminares do Censo Demográfico de 1970, pois este, comparado ao Censo anterior (1960) veio a revelar um enorme aumento na desigualdade da distribuição de renda.

Após uma unânime aceitação de que houve um aumento na concentração da

renda brasileira neste período, as tentativas de explicação para o fenômeno convergiram para opiniões bastante controversas. De um lado, pesquisadores como

¹³ É pressuposto, *nesse* pensamento, que a melhora educacional aumenta a produtividade marginal dos indivíduos

¹⁴ No Brasil, o principal representante desta escola é Carlos Geraldo Langoni. Ver: LANGONI, C. G. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Económico no Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura» 1973.

Carlos Langoni que se basearam na teoria do capital humano¹⁵ e tentaram explicar esse aumento como "*consequência das profundas modificações que acompanharam o processo de desenvolvimento econômico brasileiro entre 1960 e 1970*"¹⁶. De outro lado, pesquisadores como Paul Singer, que também consideram as mudanças econômicas do período como a responsável pelo aumento na concentração porém, vêem que a política econômica adotada no período foi a principal responsável.¹⁷

Para Langoni, existiram dois fatores fundamentais para essas mudanças. O primeiro foi as transformações na composição da força de trabalho tanto pela mudança educacional, quanto pela alocação regional e setorial; o segundo foi os desequilíbrios no mercado de trabalho causado pelo acelerado aumento na demanda de mão-de-obra qualificada em contraste a uma oferta relativamente inelástica a curto prazo.

Entretanto, ele concentrou seus estudos na questão educacional porque, para ele, a variável educação é o fator mais importante para explicar tais modificações. Dessa maneira, chegou ao resultado de que as melhoras na situação educacional da força de trabalho foi responsável por uma média de 35 % das modificações ocorridas no período.

Já a segunda explicação de Langoni consiste em que o crescimento econômico causou um aumento da demanda de trabalhadores melhores qualificados e beneficiou tais trabalhadores, pois o crescimento da demanda por estes teria crescido mais rapidamente que o aumento da oferta.

¹⁵ A teoria do capital humano pressupõe investimentos em educação» destinados a uma melhora - a longo prazo - da formação profissional de uma população.

¹⁶ LANGONI. Op. cit. p-207

¹⁷ SINGER. P. "Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil". In: TOLIPAN, Ricardo e Tinellí, A C. (orgs.) A Controvérsia sobre a Distribuição de renda. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p -17.

Esse argumento indicava um desequilíbrio no mercado de trabalho do país, conseqüentemente uma continuidade na melhora educacional nacional acabaria por favorecer, a longo prazo, uma eventual desconcentração na distribuição. Essa é a visão de Kuznets, que desenvolveu uma teoria segundo a qual o desenvolvimento causa desigualdades no início mas tais desigualdades tendem a se reduzir a partir de certo ponto do desenvolvimento.

O trabalho de Langoni recebeu inúmeras críticas, das quais as principais criticavam a suposição de desequilíbrio no mercado de trabalho. Para Fishlow, o crescimento do viés tecnológico que favoreceu os trabalhadores mais qualificados, para se chegar ao resultado de Langoni, teria de ter sido muito maior que o ocorrido no período.

De qualquer forma, os resultados do trabalho de Langoni passaram a ser ponto de referência para outros estudos: uns defendendo esta tese, outros criticando-a e elaborando outras explicações.

As outras interpretações também consideraram as modificações econômicas como fatores decisivos na concentração e defenderam a tese de que a política econômica foi a responsável pelo fenômeno.¹⁸

Em geral essas interpretações dão conta de que com as modificações, ocorreram também mudanças na distribuição funcional da renda, prejudicando os salários e beneficiando os lucros e as rendas de propriedade.

¹⁸ SINGER, Paul. Op. cit. FISHLOW, A. "Distribuição de Renda no Brasil - Um Novo Exame". Em: Dados, nº 11, 1973.

Para explicar, deram ênfase a questão salarial, pois os decréscimos reais dos salários, durante o período foram imensos. De fato a política salarial adotada pelo

governo militar criou algumas medidas que fizeram com que não houvesse uma manutenção dos salários reais. Dados oficiais indicam que somente entre 1965 e 1967 o salário mínimo teve redução de 20%¹⁹

Essas interpretações salariais também sofreu críticas, principalmente porque a repartição salarial só pode ser estudada empiricamente dentro das informações contidas dentro da Lei dos 2/3 e que abarcaram somente os trabalhadores urbanos, enquadrados na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e que durante o período somaram entre 50 e 60 % dos trabalhadores, separando, portanto, um amplo setor do mercado de trabalho vivendo fora dessa legislação.

Por último, temos ainda, algumas interpretações que apontam as irrelatividades da carga tributária entre os altos e baixos salários como importantes fatores na determinação da distribuição da renda.²⁰

¹⁹BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Economia brasileira; Uma introdução crítica, 12^a ed. São Paulo. Brasiliense, 1994. pp. 81-82.

²⁰ ERIS, Ibrahim e outros. "Distribuição de renda e sistema, tributário no Brasil" ANPEC, dezembro de 1979

III - A ECONOMIA BRASILEIRA E MINEIRA NO PERÍODO

Mesmo com a crise durante a primeira metade da década de sessenta, a economia brasileira durante esse decênio apresentou desempenho médio superior ao da maioria dos países mais desenvolvidos. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional entre 1960 e 1970 teve taxa média de 6,2% ao ano, a população aumentou em média anual de 2,9%. consequentemente a renda per capita teve crescimento médio de 3,4%.

Foi nessa mesma década que o país urbanizou-se: se em 1960 apenas 45% da população era residente das áreas urbanas, esse número aumenta para 56% em 1970.

As modificações econômicas foram imensas. De um lado os produtos manufaturados tiveram um grande aumento relativo na formação do PIB, de outro os produtos agrícolas - que em quase toda história formaram maior parte do PIB brasileiro - passaram a ter importância relativa reduzida.

O Estado de Minas Gerais também passou por esse processo. A população urbanizou-se, a economia além de crescer rapidamente tornou-se mais industrializada e integrada á economia nacional. De fato o PIB mineiro cresceu em média 5,3% ao ano, a população aumentou em média 1,8% ao ano. O aumento anual da renda per capita foi de 3,7% em média.¹

¹ Todos os dados aqui apresentados são da SEPLAN.

Porém, todo esse desempenho econômico foi bastante contraditório com seus resultados sociais. Se de um lado ocorreu um crescimento econômico, por outro, as disparidades sociais aumentaram muito.

Neste capítulo trataremos de forma geral a economia "brasileira e mineira neste decênio, seus principais aspectos e suas inter-relações.

3.1 - A crise dos primeiros anos

Durante os anos de 1930 e 1960, e principalmente na década de cinquenta, a estrutura da economia brasileira se modificou profundamente, faze deixasse de ser produtor de bens primários e passasse a ser um país industrializado.ndo com que o país deixasse de ser produtor de bens primários e passasse a ser um país industrializado.

Porém, ao início da década de sessenta o país apresentava sérios problemas: profundas distorções na balança de pagamentos, uma inflação crescente e o pior, uma tendência à desaceleração.

TABELA I
INFLAÇÃO E CRESCIMENTO *DO* PIB
NO BRASIL PERÍODO:
1960/1966

ANO	* INFLAÇÃO	**PIB
1960	30,5	9,7
1961	36,4	10,3
1962	53,3	5,3
1963	73,9	1,5
1964	87,5	2,9
1965	57,3	2,7
1966	38,1	5,1

FONTE: CONJUNTURA ECONÓMICA DE 1970

A inflação acelerava cada vez mais, chegando já em 1961 a 36% ,

prejudicando toda a economia com suas distorções nas altas de preços, salários, etc. Isso fez com que houvesse uma desordem salarial e uma grande imprevisibilidade financeira que atrofiou o mercado financeiro além de desestimular investimentos.

A balança de pagamentos também se encontrava com problemas, devido em boa parte aos resultados da inflação. As indústrias sentiam dificuldades para expandir seus mercados, falta de financiamentos e também eram atingidas pela falta de créditos ao consumidor.

Já em 1963 a inflação chegou a casa dos 75% e a taxa de crescimento baixou a apenas 1,5%. A balança de pagamentos com situação cada vez pior e os investimentos cada vez menores. Essa era a situação econômica em que o país se encontrava em março de 1964, momento do golpe militar.³

3.2 - As principais tentativas de reformas

Devido a essa crítica situação econômica do país, os diversos governos da década tentaram implantar alguns planos de reestruturação.⁴

²BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930 -1983. 17a. edição. Brasiliense, SP 1994. pp. 132-130 e SIMONSEN, Mário Henrique e CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Nova Economia Brasileira. 3a. Edição. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1979. p - 7.

³ Idem.

⁴ Para maiores considerações sobre as experiências de planejamento econômico no Brasil, ver: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. "Planejamento econômico". Em: Economia brasileira: Uma introdução crítica. 12ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1994. pp . 133-137. e MOTTA, M. F. Thompson. "Desenvolvimento e Planejamento". Em: Estudos Econômicos Brasileiros. Seleções APEC Nº14, 1969.

Dessas tentativas de planejamento, podemos dizer que terá duas fases bastante

distintas: a primeira, durante o governo de João Goulart, que tentou solucionar a crise através de três principais medidas: aumentos salariais e contenção de preços para que ocorresse uma redistribuição na renda; diminuição nos gastos públicos e no crédito privado para conter a inflação e, por último, uma rígida programação monetária para redução da liquidez do sistema financeiro. A segunda tentativa, foi introduzida pelos governos militares após 1964. Iniciado com um plano bastante ortodoxo, com características muito diferentes daquelas anteriores: um arrocho salarial para conter a inflação; expansão de créditos para crescer os mercados, aumento da carga tributária, etc.

O plano Trienal foi elaborado para o período de 1963 / 1965 por Celso Furtado, ministro do planejamento do governo João Goulart.

Uma das suas principais metas era que se houvesse crescimento económico, o percentual desse crescimento teria de ser repassado aos salários, para uma melhora na distribuição da renda, privilegiando assim, as camadas inferiores da estratificação social.

Na luta contra a inflação o plano previa uma drástica diminuição na atividade econômica, captação de recursos do setor privado e mobilização de todos recursos monetários possíveis e ainda uma elevação da carga fiscal através de uma política tributária que enfocou a atenção no imposto direto, ou seja, com aumento progressivo, atingindo as faixas de renda dos indivíduos com maior renda.

Esse plano teve uma vida extremamente curta. De um lado porque a manutenção dessa política salarial foi se tornando insustentável, a inflação continuou a subir e a falta de subsídios e créditos foi criando algumas tensões sociais. De outro, a ala mais radical do Partido Trabalhista Brasileiro também foi se irritando com algumas concessões (ortodoxas) feitas durante o plano.⁵

Após o golpe, em março de 1964 com a queda do presidente João Goulart, as diretrizes dos governos militares se dirigiram a tentativas de reestruturação econômica bastante opostas ao plano anterior.

Logo de início o governo, através dos ministros Roberto Campos e Octávio Gouvea Bulhões foi elaborado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que era caracterizado por uma série de medidas clássicas (ortodoxas) como: diversos cortes no gasto público; contenção dos salários; aumento da carga tributária e expansão de créditos.

Essas mudanças também tinham como objetivo. uma política delineada à eliminação dos mecanismos que haviam bloqueado o crescimento desde 1961.

A política salarial também passou por profundas mudanças: os salários que anteriormente eram reajustados pela aplicação do índice do custo de vida, passaram a ser calculados pela média dos últimos 24 meses do mesmo índice. Disso resultou *"que o salário mínimo diminuiu em média 4% ao ano durante o período de 1964 a 70 e que a produtividade média (per capita) aumentou 3% ano, assim, o custo de trabalho declinou cerca de 60% no período "*

Para tentar alcançar tal objetivo, foram efetuadas diversas reformas estruturais, algumas inseridas no PAEG, das quais as principais foram as reformas tributária, e as reformas da área financeira. Entre 1964 e 1965 foram promulgadas três leis que produziram profundas alterações no sistema financeiro nacional: 1) a instituição da correção monetária; 2) reforma bancária e, 3) reforma no mercado de capitais.⁷

⁵ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Op. cit. p -134

⁶ FURTADO» Celso. Análise do Modelo Brasileiro. 4ª ed, Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1973 p.38.

⁷ Importante lembrar que algumas reformas, mesmo afifes de 1964 já estavam mais ou menos preparadas, mas não tinham sido colocadas em prática por falta de maior poder político do Governo.

A reforma tributária de 1965 teve como principais intuitos, a) reduzir o déficit

do caixa da União que na época, assim como ainda é hoje, era considerado um dos principais responsáveis pela inflação, b) diminuir as disparidades regionais de capacidade tributária, c) incentivar a acumulação de capitais. Essa reforma trouxe inúmeras alterações, principalmente na área de tributação indireta que sofreu um enorme aumento da carga tributária e algumas outras modificações para maior facilidade na fiscalização. Na tributação direta, as alterações objetivaram facilitar o processo de acumulação de capital, trazendo muitos benefícios, principalmente às pessoas jurídicas.⁸ Como resultado, teve-se a participação da carga tributária direta diminuída e da indireta aumentada.

O PAEG foi elaborado para o período de transição, assim sendo, mais tarde a equipe econômica do governo Castelo Branco elaborou um novo plano que pretendia, para um planejamento mais longo, mas o Plano Decenal, como foi chamado, só ficou pronto nos últimos dias deste governo.

O governo Costa e Silva, que se seguiu a Castelo Branco, apesar de manter a mesma linha política e, na maior parte, a mesma doutrina econômica, não utilizou o plano decenal. Para o período de 1968/70 foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que introduziu poucas mudanças, das quais a principal foi a

⁸ Ver "Reforma tributária" Em: SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. 6ª ed. São Paulo, Best Seller, 1994.

modificação do ataque à inflação: antes, o motivo da inflação era a demanda, depois passou a ser os custos de produção.

De um modo geral podemos dizer que o PED teve mais objetivos políticos do que pretensões ou resultados econômicos.

3.3 - O retorno do crescimento

Nos anos de 1966 e 1967 o país já começa a sentir alguns reflexos daquelas reformas: uma leve diminuição da inflação acompanhada de um crescimento do PIB.

Todavia, foi a partir de 1968 que o país entrou num ciclo conjuntural com crescimento acelerado apresentando taxas de crescimento extremamente elevadas e mantidas ao passo que a inflação declinava. Era o início do chamado "milagre econômico"

TABELA II
INFLAÇÃO E CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL
PERÍODO: 1967/1970

ANO	* INFLAÇÃO	** PIB
1967	28.2	4.8
1968	23.2	8.4
1969	20.8	9.0
1970	19.8	9.5

FONTE: CONJUNTURA
ECONÔMICA
*OUTUBRO DE 1978
** JANEIRO DE 1970

Coincidentemente, esse período é o mesmo da subida do General Costa e Silva ao governo. De qualquer forma o principal motivo desse desempenho foi as reformas ocorridas no período anterior.

3.4 - Relações entre a economia nacional e a mineira

Minas Gerais passou, na década de sessenta, por profundas transformações. Como parte integrante da federação, sentiu reflexos de todos os principais acontecimentos observados nacionalmente. Deste modo todos os aspectos da vida social, econômica e política mineira foram atingidos pelas decisões nacionais.

Existiram, a grosso modo, três principais fatores externos que contribuíram

para essas modificações: As potencialidades dos recursos naturais (principalmente minerais) e humanos á disposição no estado, trouxeram investimentos federais e capital estrangeiro; a politica de substituição de importações, iniciada no pós-guerra fez com que Minas Gerais também se orientasse a produção de bens de consumo durável de capital e a política nacional estimuladora de exportações influenciou as mais importantes áreas da economia mineira como a mineração, a metalurgia e a agricultura (em especial o café).⁹

De outro lado essa influência federal trouxe alguns reflexos negativos, principalmente no plano social, causando aumentos nas disparidades da renda e no meio-ambiente que foi afetado pelo aumento da exploração do subsolo, dos recursos florestais e da expansão na área agrícola.

3.5 - O modelo de desenvolvimento mineiro

Minas Gerais tem naturalmente, como uma de suas principais características, a vocação para uma economia extrativa e agropecuária.

Ainda que, até hoje, mantenha aspectos econômicos bastante remotos, na década em análise o estado iniciou seu processo de industrialização. Processo este excessivamente atrasado quando se compara ao Rio de Janeiro ou a São Paulo.

Assim sendo, o estadomineiro experimentou nesse período sua primeira fase de um modelo industrial. Principalmente após 1964 passa, devido às suas potencialidades naturais, a ser polo de atração de muitos projetos industriais.

Apesar de os principais resultados dessas mudanças só serem sentidos na década seguinte, os primeiros investimentos começaram já na segunda metade dos anos sessenta.

Desses projetos industriais, podemos destacar as seguintes áreas: na

produção de bens intermediários, a siderurgia, alumínio e cimento; nos bens de capital, material ferroviário e equipamentos para indústrias em geral; nos bens de consumo não duráveis, os tecidos e alimentos e, por último, já na década de setenta, os bens de consumo duráveis, principalmente automóveis.

Também há que se destacar que esse crescimento econômico foi sustentado, em grande parte, pelos setores tradicionais (agropecuária e mineração). Esses setores apresentaram altos níveis de crescimento, principalmente o café, a produção pecuária, minério de ferro, bauxita, fosfato e insumos para construção.

Todo esse processo foi devido não somente a fatores externos, já mencionados, mas também a esforços internos, principalmente do setor público.

Desses fatores internos, os principais foram: 1) uma ampla oferta de recursos naturais (aqueles que citamos acima); 2) privilegiada localização geográfica; 3) disponibilidade de mão-de-obra; 4) incentivos do governo (basicamente a isenção de impostos e créditos subsidiados) e por último, 5) a criação de agências financiadoras de desenvolvimentos como o BDMG, criado em 1962.

3.6 - Crescimento da economia mineira

Entre 1960 e 1970 o PIB mineiro apresentou crescimento médio anual de 5,3%. Com isso, o estado manteve uma participação em torno de 10% do PIB nacional, permanecendo na terceira posição, entre as unidades federais.

¹⁰ O setor agropecuário, apesar de ter apresentado crescimento real, teve importância relativa diminuída de 29,9 para 20,9% entre 1960 e 1970.

Apesar do crescimento do PIB mineiro ter sido de 5,3%, inferior ao nacional que foi de 6,2%, o PIB per capita apresentou em Minas Gerais, taxa superior ao

nacional. Isso devido ao aumento populacional que foi inferior ao nacional.

TABELA III
TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB GLOBAL E POR HABITANTE
NO BRASIL E EM MINAS GERAIS - PERÍODO: 1960-1970

ANOS	MINAS GERAIS		BRASIL	
	GLOBAL	P/ HABITANTE	GLOBAL	P/ HABITANTE
1960/1970	5,3	3,7	6,2	3,4

FONTE: SEPLAN MG

Os setores que mais se desenvolveram foram a mineração (14,3% a. a.); o setor de serviços básicos (10% a. a.); o setor de construção (7,3% a. a.) e o setor industrial (6,9% a. a.).

TABELA IV
TAXA MÉDIA DO CRESCIMENTO ANUAL DO PIB MINEIRO
POR SETORES - PERÍODO 1960/1970

SETORES	CRESCIMENTO PERCENTUAL
AGROPECUÁRIA	1.6
MINERAÇÃO	14.3
MANUFATURA	6.9
CONSTRUÇÃO	7.3
SERV. BÁSICOS	10
OUTROS SERVIÇOS	5.8
TOTAL	5.3

FONTE: SEPLAN MG

Uma das modificações mais perceptíveis foi a perda relativa do setor agropecuário. Apesar de ter apresentado crescimento real, diminuiu relativamente em 9%. De outro lado, os setores manufatureiro e mineral, aumentaram suas participações em 3 e 1,4% respectivamente.

⁹ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e da Coordenação Geral. SUPLAN/SEL. Comportamento da Economia Mineira, período 1960 - 1977, Belo Horizonte, 1978. p -13.

TABELA V
ESTRUTURA DO PIB POR GRANDES SETORES EM MINAS GERAIS

EM PERCENTUAIS - PERÍODO 1960-1970

SETORES	1960	1970
AGROPECUÁRIA	29.9	20.9
MINERAÇÃO	1.0	2.4
MANUFATURA	17.6	20.6
CONSTRUÇÃO	3.5	4.2
SERV. BÁSICOS	3.2	5.0
OUTROS SERVIÇOS	44.8	46.9
TOTAL	100	100

FONTE: SEPLAN MG

Percebemos que durante a década de sessenta ocorreram realmente muitas transformações na estrutura da economia brasileira e mineira. Vimos que a crise causou perdas. Vimos também que apesar da crise, aconteceram profundas mudanças: um aumento populacional, um crescimento do nível de urbanização e uma enorme evolução positiva na renda global. De modo geral, ocorreu um crescimento da economia, acompanhado de relativas modificações na importância dos setores econômicos.

De outro lado ocorreu, paralelamente a esse desenvolvimento, um enorme aumento nas disparidades sociais, como veremos no capítulo seguinte.

IV - MEDIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS MUDANÇAS

A distribuição pessoal da renda no Brasil, só pode ser estudada a partir de 1960, com a publicação do primeiro Censo Demográfico brasileiro que trabalhou dados sobre renda. Porém foi com o resultado do Censo de 1970 que a discussão se veio demonstrar uma enorme concentração de renda durante o decênio.

Neste capítulo, logo após uma breve discussão sobre as fontes trabalhadas faremos o levantamento da situação da distribuição da renda e de sua evolução, em Minas Gerais no período e, por ultimo, a nossa tentativa de interpretação dessas transformações.

4.1 -Das fontes

Para mensuração da distribuição de renda, utilizamos dados dos Censos Demográficos do (IBGE), Fundação Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas de 1960 e 1970. Porém, temos que ressaltar que estes dados tem algumas limitações, além de erros ao qual estão sujeitos.

Os dados dos Censos referem-se ao total da população economicamente ativa (PEA). Nela incluem todos os indivíduos que tiveram algum rendimento positivo no período excluindo-se assim, os sem rendimento e os sem declaração de rendimento. É importante frisar que, em se tratando de renda pessoal significa que os indivíduos com renda e que vivem numa mesma família são tratados como unidades autônomas e não

familiares, pois, como ressaltava Carlos Langoni:

"em termos de análise de distribuição, o principal problema é a existência de um intenso fluxo de transferência de rendas monetárias e, principalmente, não monetárias (alimentação, habitação, vestuário e saúde) dentro das unidades familiares e não revelado pelos dados individuais ".¹

Já a exclusão dos indivíduos sem rendimento é explicado pelo fato de que a maioria absoluta (86%) desse, vivem dessa transferência de renda, monetária ou não, dentro de unidades familiares. Isso é confirmado pela forte concentração no setor primário (rural), e também pela pouca idade, indicando assim fazerem parte da força de trabalho familiar, conseqüentemente recebem salários na forma de bens e serviços,

Outro dado importante é que grande parte dos indivíduos, possuidores de alta renda, receosos de futuros problemas com a fiscalização, não declaram a verdadeira renda. Por outro lado, também pode existir aqueles que, provavelmente com vergonha

da pequena renda que possuem, declaram valores maiores.

Acrescenta-se ainda que, entre os intervalos à realização dos censos ocorrem mudanças proporcionais do pessoal sem rendimento na PEA. Isso tem importantes implicações na avaliação do comportamento da distribuição de renda.

Os dados sobre educação são também dos Censos demográficos, os dados tributários são da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais e, por último, os dados salariais e inflacionários que são da Fundação Getúlio Vargas. A problemática da utilização desses dados é tratada no momento em que os utilizamos.

4.2 - Principais tabelas

Iniciamos pois com a medição das desigualdades, lembrando que dentro de todas as discussões esse foi um fato em que todos foram unânimes em concordar, ou seja: houve um consenso de que houve um agravamento na distribuição da renda durante os anos que separam 1960 a 1970.

A tabela 1 nos permite uma visualização superficial da distribuição da renda e de sua evolução, tanto para Minas Gerais como para o Brasil. Assim, uma primeira constatação dessa tabela é que, para Minas Gerais, em 1960, os 10% mais pobres tinham participação em 3,25% da renda estadual, já os 10% mais ricos eram possuidores de mais de 40% dessa renda. Em 1970 os 10% mais pobres tinham 1,95% e os 10% mais ricos 46,7%. Dessa maneira percebemos que além de já fortemente concentrada, durante esse período a renda apresenta uma crescente concentração.

¹ LANGONI, C. G. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil- Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973. p. 22

Percebemos também que a tendência mineira é a mesma do Brasil, tendo um

aumento na participação das classes altas e uma diminuição na participação das classes baixas.

TABELA I

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PESSOAL, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NO TOTAL. DADOS COMPARATIVOS - MINAS GERAIS / BRASIL

(PERCENTAGEM)

PEA	MINAS GERAIS		BRASIL	
	1960	1970	1960	1970
20	6,6	4,1	3,9	3,4
30	13,8	13,7	13,5	11,5
40	39,8	37,6	43,0	38,4
10	40,1	44,7	39,6	46,7
10-	3,25	1,95	1,20	1,10
5+	30,0	33,8	28,3	34,1
1+	14,1	15,9	11,9	14,7

FONTE: SEPLAN MG - Fundação IBGE

Verificando as variações percentuais da renda média, temos a classe baixa (50% mais pobres) com um decréscimo de - 5.97 %. Por outro lado, a classe alta (5% mais ricos) tiveram um acréscimo de 28 % na renda média (tabela II).

TABELA II

EVOLUÇÃO DA RENDA MÉDIA MENSAL EM MINAS GERAIS

(Cr\$ 1.00)

POPULAÇÃO	PREÇOS CORRENTES		VAR. %	PREÇOS CONSTANTES ¹		VAR. %
	1960	1970		1960	1970	
50% -	1.94	63.37	3.166.49	179.63	168.90	-5.97
30%	4.23	163.71	3.770.21	391.67	436.33	11.40
15%	9.43	380.46	3.934.57	873.15	1.014.01	16.13
5% +	30.27	1.344.00	4.340.04	2.802.09	3.587.09	28.01
TOTAL	5.17	205.07	3.866.54	478.56	546.56	14.21

FONTE: SEPLAN MG - Fundação IBGE

1- DEFLAÇÃO PELO IGP-FGV

4.3 - índice de GINI e Curva de Lorenz

O coeficiente de GINI é o método mais utilizado e mais bem aceito na medição da concentração da renda. Ele varia de 0 a 1. O índice 0 é referente a uma distribuição completamente igualitária da renda, ou seja: cada grupo de 10% da população trabalhada, seria detentora de 10% da renda total, havendo assim uma mostra de que todos os indivíduos possuem uma mesma renda. Já o índice 1 descreve a situação oposta, ou seja: uma situação de extrema concentração de renda, onde apenas um indivíduo seria detentor de toda a renda e o restante possuiria uma renda zerada. Porém, sabemos que seria impossível uma situação onde se pudesse encontrar um desses extremos.

Sua fórmula geral é dada através da seguinte equação:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1}), \text{ onde:}$$

G = Coeficiente de GINI

X_i = percentagem acumulada da população (no caso da distribuição de renda, a PEA) até o estrato i ;

Y_i = percentagem acumulada da renda, até o estrato i ;

N = número de estratos da renda.

É importante lembrar que o índice de GINI despreza a desigualdade que existe dentro dos grupos.

A tabela 3 mostra o índice de GINI e sua evolução, tanto para Minas Gerais como para o Brasil.

Uma das primeiras constatações é que houve realmente um agravamento na distribuição de renda, pois, se em 1960 era de 0.47 passou a ser de 0.53 em 1970, havendo assim uma elevação de 11.6% em termos gerais. Também percebemos que o índice do Brasil é superior ao de Minas Gerais em todos os anos.

TABELA III

COEFICIENTE DE GINI - EVOLUÇÃO E VARIAÇÃO PERCENTUAL
DADOS COMPARATIVOS - MINAS /BRASIL

ANO	COEFICIENTE DE GINI		VARIAÇÃO %	
	MINAS GERAIS	BRASIL	MG	BR
1960	0.4770	0.4956	—	—
1970	0.5324	0.5609	+ 11,61	+ 13.18

FONTE: SEPLAN MG - Fundação IBGE

A representação gráfica do índice de GINI pode ser feita através da Curva de Lorenz, representando percentualmente, sobre o eixo horizontal a fração acumulada das pessoas destinatárias da renda (PEA) e sobre o eixo vertical, a fração acumulada de renda recebida durante certo período de tempo, geralmente de um ano.

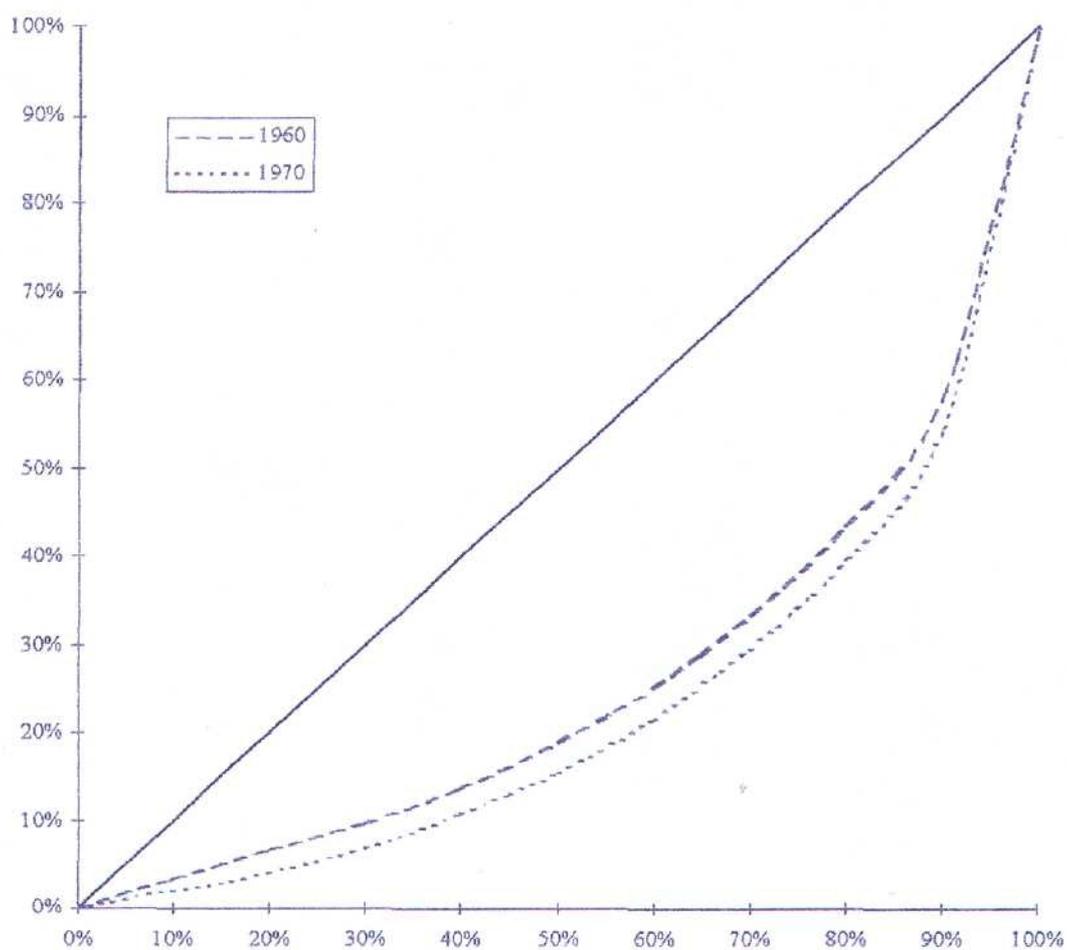
Ligando-se os pontos desses dois eixos pode-se traçar uma linha ascendente a partir do ponto zero, com ângulo de 45°, o que representaria um índice 0. Aumentando-se a concentração da renda, cresce a curvatura da curva de Lorenz, portanto, a área entre a curva e a linha que passa a 45° vai aumentando conforme aumenta a concentração da renda.

TABELA IV

POPULAÇÃO E RENDA ACUMULADA PARA MINAS GERAIS
1960-1970

POP. ACUMULADA	RENDA ACUMULADA	
	1960	1970
10-	3.25	1.95
10	6.50	3.90
10	9.75	6.92
10	13.68	10.77
10	18.77	15.45
10	25.08	21.60
10	33.14	29.50
10	43.32	39.40
10 +	58.02	54.32
100	100	100

CURVA DE LORENZ EM MINAS GERAIS
PERÍODO 1960 - 1970



FONTE: SEPLAN MG - Fundação IBGE

Na curva de Lorenz também percebemos visualmente a tendência de agravamento da distribuição da renda para Minas Gerais, no período.

4.4 - Interpretação do fenômeno

Após a medição da situação da distribuição da renda e constatação de que houve realmente um agravamento da situação, passamos ao estudo dos mecanismos envolvidos nestas modificações. Para isso trabalhamos 3 fatores que consideramos os de maior relevância para essas variações: 1) a política salarial; 2) a política tributária e 3) a formação profissional.

4.4.1 - Política salarial

Muito embora seja um tema bastante polêmico a política salarial é um dos instrumentos mais importantes enquanto mecanismo de determinação da distribuição de renda.

No Brasil um dos argumentos que vemos bastante propagado é que os reajustes salariais são inflacionários, pois, após tais reajustes os empresários repassam esses valores automaticamente aos preços. Também o fato de que, com o aumento de poder de compra há conseqüentemente uma maior pressão na demanda, podendo essa pressão acarretar aumento na inflação. Portanto o aumento dos salários seria anulado

pelo próprio mercado. Assim sendo, os economistas neoclássicos não aceitam a política salarial como instrumento de distribuição de renda. Eles consideram que os salários devem ser definidos pela oferta e procura. Porém, Bresser Pereira ainda destaca:

*"Na verdade, ainda que os economistas neoclássicos tenham procurado demonstrar o contrário por óbvios motivos ideológicos, não existe no sistema capitalista nenhum mecanismo automático que impeça a concentração de renda. Deixando o mercado livre e dando maior poder às empresas do que aos trabalhadores não organizados sindical e politicamente, a tendência seria necessariamente para a concentração de renda."*²

Historicamente vemos que os aumentos de salários não tem que necessariamente serem inflacionários, pois nos países capitalistas centrais, a concentração de renda não ocorreu porque os salários cresceram aproximadamente à mesma medida do crescimento da produtividade do trabalho, sem aumento de inflação. Isso graças ao empenho dos partidos populares e pressão dos sindicatos, desde meados do século passado, portanto, os salários em sistemas capitalistas dependem muito mais do poder sindical e político dos trabalhadores do que da lei da oferta e da procura.

Outra questão que se deve chamar atenção é de que a maioria dos assalariados, num período de inflação não possui maneiras de se defender diariamente da inflação, como fazem por exemplo as pessoas que possuem contas bancárias que corrigem automaticamente os valores aplicados.

Também convém lembrar que a elevação de salários pode ser contornada com a introdução de novas tecnologias, tendo-se assim aumentos nos ganhos de produtividade.

Para Margarida Fantorí também é importante ressaltar que:

"o simples aumento da massa de salários não implica em divisão mais equitativa da renda. É preciso avaliar sua participação no produto, em contraposição dos lucros. Há que se observar, ainda, se o aumento da participação da massa salarial, se obtido, deveu-se ao crescimento real dos rendimentos médios dos assalariados, ou se dos empregadores e autônomos, o que por si não estaria indicando diluição das desigualdades sociais".³

² PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Economia brasileira: Uma introdução crítica 12ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 139.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 1970, 70% da População Economicamente Ativa (PEA) mineira tinha rendimentos mensais de até um salário mínimo e a política salarial nacional é extensiva a todos os estados. Por isso, para analisar a questão salarial trabalhamos com os dados do salário mínimo oficial.

Como metodologia pegamos o salário mínimo oficial de 1960 e o tratamos como ideal; a seguir aplicamos nos salários-mínimos anuais um coeficiente (elaborado pela SEPLAM - MG) que é composto pela variação do custo de vida em Belo Horizonte e pela taxa de crescimento do PEB mineiro, tendo conseqüentemente um salário ideal. Por último, fazemos a comparação anual entre o salário vigente e o salário ideal.

³FANTORI, Margarida Maria Souto. Distribuição de renda e salário mínimo; uma controvérsia nacional, p- 02. SUTE/DIESE, Belo Horizonte, 1989.

TABELA VII

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO EM MINAS GERAIS
PERÍODO 1960-1970
(Cr\$ 1,00)

ANO	SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL	SALÁRIO MÍNIMO IDEAL	VARIAÇÃO %		PERDAS REAIS % ACUMULADAS
			OFICIAL	IDEAL	
1960	5.83	5.83	-	-	-
1961	9.04	5.43	55.06	44.42	6.75
1962	11.87	13.21	31.31	56.69	11.29
1963	21.00	23.06	76.92	74.59	9.81
1964	38.50	45,35	83.33	96.68	17.8
1965	60.60	75.15	57.40	65.70	24.01
1966	78.22	108.48	29.08	44.35	38.69
1967	97.87	140.57	25.12	29.58	43.63
1968	118.91	186.64	21.50	32.77	56.96
1969	140.80	234.27	18.41	25.52	66.38

FONTE: SEPLAN MG

Os resultados obtidos revelam, como já era esperado, uma enorme regressão no valor dos valores do salário mínimo, pois as perdas anuais acumuladas durante a década alcançaram 66,38 % .

Dessa forma, como a maioria da PEA sobrevivia de remuneração igual ou menor a um salário mínimo oficial, pode-se dizer que essas mudanças na evolução dos salários confirmam nossa hipótese de serem relevantes na mudança nos níveis de distribuição de renda.

4.4.2 - Política tributária

A política tributária é considerada até mesmo pelos economistas mais ortodoxos como um dos principais instrumentos de distribuição de renda.⁴

⁴ Samuelson, autor de uma das principais sínteses da teoria neoclássica também tratou as relações entre a tributação e a distribuição de renda. Ver SAMUELSON, P. A. "Política fiscal e determinação da renda". Em: Introdução à análise econômica, pp- 368-372, AGIR. Rio de Janeiro. 1970.

Em alguns países, como a Suécia e o Canadá, a tributação passou na prática a ser um dos principais instrumentos de distribuição da renda e é esse um dos motivos desses países estarem entre os países com melhor distribuição de renda do mundo.

Os impostos são basicamente de dois tipos: um é o do tipo progressivo e chamado de direto, pois incide sobre a renda dos cidadãos e aumenta em proporção maior que o valor sobre o qual incide. Já o outro é o imposto regressivo, chamado de indireto e que incide sobre a produção além de serem incluídos nos preços dos bens e serviços. Esses últimos tem impacto menor ao incidir sobre as faixas de baixa renda. O progressivo pretende sobretudo, sobrecarregar os contribuintes de renda mais elevada, ao contrário, o regressivo deveria ter a finalidade de aliviar os mais desposados. Porém, como veremos adiante, não é isso que ocorre.

No Brasil, assim como nos demais países subdesenvolvidos, uma das principais características tributárias é a predominância dos impostos indiretos, tanto que na reforma tributária de 1965, os produtos de tributação indireta passaram por amplas modificações, tendo como consequência, grande aumento da carga tributária. Por outro lado, o Imposto de Renda que incide somente entre os mais ricos e tem como função inibir e/ou diminuir as disparidades sociais fora favorecido com uma série de incentivos fiscais.⁵

Os dados mostram que os pobres tendem a pagar proporcionalmente mais impostos que os ricos no Brasil e isso Ibrahim Eris mostra em um estudo sobre o ano de 1975 no Brasil, em que as pessoas que recebiam até um (1) salário mínimo tinham uma carga tributária de 33,5% e as pessoas com salários superiores a cem (100) salários mínimos tinham carga tributária de 15%⁶. Isso revela que no Brasil o sistema

⁵ Ver Anais do Simpósio sobre Sistema Tributário Nacional. Brasília, 1982 e ver também "reforma tributária" Em: SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. 6ª ed. São Paulo, Best Seller, 1994.

6 ERIS, Ibrahim e outros. "Distribuição de renda e sistema tributário no Brasil". ANPEC, dezembro de 1979.

tributário é regressivo em relação aos ricos.

Dessa maneira percebemos que a política tributária, com certeza, é um dos instrumentos mais poderosos como distribuidor ou concentrador de renda.

Verificamos que ocorreu profundas alterações na estrutura da arrecadação mineira. Os impostos indiretos que em 1960 participavam de 67,5 % da arrecadação total do estado passaram, em 1970, a 84 %. Já os impostos diretos diminuíram sua participação de 32,5 para 16%, tendo uma redução de 50 %.

TABELA VIII

DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS EM MINAS GERAIS
1960/1970 - PERCENTUAIS

ANO	DIRETOS			INDIRETOS			TOTAL
	RENDA	OUTROS	TOTAL	ICM ¹	OUTROS	TOTAL	
1960	22.90	9.56	32.46	28.04	39.50	67.64	100
1961	22.70	9.85	32.55	28.70	38.75	67.45	100
1962	20.61	5.57	26.18	31.63	42.20	73.82	100
1963	21.61	4.35	25.96	31.31	42.73	74.04	100
1964	16.05	4.12	20.17	38.13	41.70	79.83	100
1965	15.80	4.36	20.17	45.79	34.04	79.83	100
1966	15.36	5.50	20.86	54.16	34.75	79.14	300
1967	14.32	7.61	21.93	48.28	29.79	78.07	100
1968	11.02	4.65	15.67	31.14	33.20	84.33	100
1969	12.95	3.75	16.70	46.81	36.48	83.30	100
1970	12.63	3.37	16.00	46.66	37.33	84.00	100

Fonte: SEPLAN MG – Fundação IBGE

1 – (19/66 = IVC / 1967/70 = IMC)

Dessa maneira, a principal observação que fazemos aqui é a crescente ênfase na aplicação dos impostos indiretos, em contraposição à diminuição na tributação direta. Portanto, podemos concluir aceitando a posição de que a política fiscal brasileira,

consequentemente refletida em Minas Gerais foi cada vez mais regressiva em relação aos ricos, contribuindo substancialmente para o aumento da concentração da renda.

4.4.3 - Formação profissional

No estudo das relações entre a formação profissional e a distribuição de renda, temos de, antes de tudo, deixar bem claro que esta relação está ligada apenas à distribuição dos salários que, conforme já mencionamos anteriormente, representa apenas metade da renda nacional.

Outro importante fator é que só se é possível estudar formação profissional no Brasil através dos dados sobre formação educacional. E sabemos que a formação profissional está também ligada a outros fatores como a experiência, aptidão, etc. Ainda assim, a educação aparece como o principal componente da formação profissional.

Além desses aspectos já mencionados, há ainda que se destacar que não existem informações precisas sobre os deslocamentos relativos das curvas de oferta e demanda do mercado de trabalho.

Existem também, alguns argumentos que se baseiam no fato de que antes da educação ser determinante da renda, o nível de renda familiar determina o acesso às oportunidades de educacionais.

Mesmo com tais problemáticas, a educação aparece, em alguns estudos como a principal determinante nas mudanças ocorridas na distribuição de renda.

Dessa maneira, cientes de nossas limitações, passamos agora ao estudo dos dados que dispomos.

As tabela IX e X apresentam a relação entre anos de estudo com níveis de

renda da população economicamente ativa em Minas Gerais em 1960 e 1970.

Nestes dados uma das primeiras constatações é que existe uma precária situação no atendimento educacional tanto a nível nacional como estadual, que apesar de uma sensível melhora durante o período, continuou apresentando baixíssimos

níveis: na população mineira existia 94% de pessoas com nível primário ou analfabetas (até 4 anos de estudo), na população nacional esse índice era de 88%. Já em 1970 esses números caem para 86 em Minas Gerais e 50% no Brasil.

Na comparação entre anos de estudo e nível de renda percebemos que existe realmente uma correlação positiva: à medida que aumenta os anos de estudo também aumenta a renda.

É notável também que o grupo de nível superior apresentou substancial crescimento, tanto em Minas Gerais como no Brasil. A renda desses cresceu 70 e 81% respectivamente em Minas e Brasil.

⁷ Ver: LANGONI, C. G. Op. cit

TABELA IX

EDUCAÇÃO E RENDA EM MINAS GERAIS E BRASIL / NÚMERO DE
PESSOAS POR CLASSE DE RENDA
1960

ANOS DE ESTUDO	SEM INSTRUÇÃO		ATÉ 4 ANOS		DE 5 A 8 ANOS		DE 9 A 11 ANOS		DE 12 A 17 ANOS	
	MG	ER	MG	BR	MG	BR	MG	BR	MG	BR
CLASSES DE RENDA CRS 1,00										
SEM RENDA	1.846.350	13.322.926	1.822.315	12.392.301	116.571	2.022.302	68.577	601.686	30.499	249.000
ATÉ 50	411.344	2.164.016	270.599	1.135.282	4.342	87.486	2.275	12.595	689	4.700
51 A 100	365.446	2.143.148	292.178	1.397.191	5.177	110.064	2.653	17.395	981	7.400
101 A 150	200.659	1.567.608	239.994	1.511.828	5.500	144.672	3.390	29.923	1.621	14.700
151 A 200	88.042	978.603	207.597	1.647.335	8.564	247.169	7.159	61.588	3.863	34.000
201 A 250	26.825	342.297	98.537	847.000	5.555	181.464	7.604	65.821	7.559	46.000
251 A 300	16.514	227.692	77.311	685.701	4.879	165.996	7.593	65.873	8.223	48.000
301 A 400	17.800	246.082	83.081	794.441	6.164	206.492	10.373	99.732	10.933	83.000
401 A 500	3.662	51.710	27.876	255.394	2.774	88.301	5.772	68.269	5.690	70.000
500 A 1000	7.574	110.009	62.053	551.034	6.524	197.748	14.075	170.775	16.418	206.000
1501 A 1500	1.139	14.155	12.110	82.457	1.774	40.301	4.508	60.238	8.591	111.000
1001 A 2000	642	7.870	6.595	43.634	961	20.722	2.444	32.115	5.008	65.000
MAIS DE 2000	460	5.278	3.942	21.488	553	7.971	1.419	16.521	4.172	56.000
S/DECLARAÇÃO	3.171	174.020	4.000	214.892	193	34.521	291	18.379	214	17.000
TOTAL	2.989.888	21.355.414	3.214.188	21.580.018	169.531	3.555.209	138.113	1.320.910	104.461	1.017.000
(%)	45.19	43.73	48.53	44.20	2.56	7.28	2.09	2.75	1.53	2.90

FONTE: SEPLANMG -
Fundação IBGE

TABELA X

EDUCAÇÃO E RENDA EM MINAS GERAIS E BRASIL / NÚMERO DE PESSOAS POR CLASSE DE RENDA
1970

ANOS DE ESTUDO	SEM INSTRUÇÃO		ATÉ 4 ANOS		DE 5 A 8 ANOS		DE 9 A 11 ANOS		DE 12 A 17 ANOS		TOTAL	
	MG	BR	MG	BR	MG	BR	MG	BR	MG	BR	MG	BR
CLASSES DE RENDA CBS 1,00												
SEM RENDA	1.723.544	14.222.871	2.327.036	16.132.880	404.164	4.939.241	140.796	1.255.973	70.186	649.529	4.665.726	37.200.494
ATÉ 50	332.368	2.099.472	267.273	1.193.688	16.858	169.016	2.151	14.429	424	3.902	619.074	3.480.507
51 A 100	491.968	3.462.648	458.938	2.362.331	27.493	376.409	7.682	58.036	2.281	21.668	988.362	6.281.092
101 A 150	152.290	1.754.433	230.151	1.914.915	16.302	397.015	5.137	88.516	8.722	53.794	415.602	4.208.683
151 A 200	117.355	1.264.404	341.318	2.539.438	38.431	689.546	22.511	185.757	33.881	129.856	553.496	4.807.001
201 A 250	18.209	254.199	80.122	729.370	11.306	241.024	7.874	92.478	23.693	95.148	141.204	1.412.219
251 A 300	19.576	287.647	104.865	929.000	14.849	310.000	11.147	125.977	18.854	123.421	169.591	1.776.045
301 A 400	10.752	180.758	77.149	784.547	13.829	322.671	12.288	157.501	19.770	186.915	133.788	1.632.392
401 A 500	7.321	104.762	59.279	559.522	10.109	241.736	10.859	137.498	14.396	171.297	101.964	1.214.815
500 A 1000	6.622	96.790	67.017	691.274	16.008	378.598	21.262	310.517	36.379	448.611	147.288	1.965.790
1501 A 1500	704	11.022	10.026	94.221	2.957	71.582	6.032	93.824	15.743	208.345	35.198	478.994
1001 A 2000	331	5.182	5.278	42.063	1.497	29.457	3.186	45.050	10.881	151.847	21.173	237.599
MAIS DE 2000	1.405	6.125	5.084	34.639	1.523	21.948	2.946	40.724	13.591	225.102	24.549	328.538
S/DECLARAÇÃO	23.990	330.985	32.286	314.091	3.476	86.605	1.772	27.571	1.8770	30.303	63.394	789.555
TOTAL	2.906.735	24.081.308	4.065.822	28.321.979	578.802	8.247.848	258.643	2.633.851	270.407	2.539.738	8.080.409	65.851.724
	35.97	36.56	50.32	43.00	7.16	12.57	3.2	4.00	3.35	3.87	100.00	100.00

FONTE: SEPLANMG -

TABELA XI
PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS EDUCACIONAIS NA RENDA MINEIRA
1960- 1970

POPULAÇÃO %		RENDA %	
PRIMÁRIO 1960	48.59	PRIMÁRIO 1960	54.47
PRIMÁRIO 1970	50.29	PRIMÁRIO 1970	46.21
VARIAÇÃO %	3.50	VARIAÇÃO %	- 15.16

SUPERIOR 1960	1.62	SUPERIOR 1960	11.66
SUPERIOR 1970	3.37	SUPERIOR 1970	21.13
VARIAÇÃO %	108.02	VARIAÇÃO %	+ 81.22

FONTE: SEPLAN MG - Fundação IBGE 1 - PRIMÁRIO (4 ANOS DE ESTUDO),
SUPERIOR (DE 12 A 17 ANOS DE ESTUDO).

A renda brasileira cresceu no período, 61% e a mineira, 39%. Já o crescimento da população foi bem menor: 35% para o Brasil e 21% para Minas Gerais.

Na verificação da participação dos grupos educacionais na renda mineira vemos que as alterações proporcionais do grupo de pessoas com curso primário foram quase insignificantes (3,5%), mas a sua participação na renda teve decréscimo de 15%.

Já o grupo de nível superior apresentou acréscimo populacional de 180% e a participação na renda cresceu 81%.

Resumindo, percebemos que existe realmente uma correlação positiva entre anos de estudo e nível de renda. É também notável a perda de rendimentos do grupo primário na renda total do estado e uma melhora do grupo de instrução superior. Entretanto, há que se verificar que essa variação não é tão direta assim, pois com um aumento de 180% nas pessoas de educação superior há um incremento de 81,22% de participação desse grupo na renda, enquanto que um incremento de 3,5% no nível primário acarreta redução de 15,6%.

VI - BIBLIOGRAFIA

6.1 - Livros citados e/ou consultados

ANAIS DO SIMPÓSIO SOBRE SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. Brasília
1982

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930**

-1983. 17a. edição. Brasiliense, SP 1994.

_____. **Economia brasileira: Uma introdução crítica.**

12^a ed. São

Paulo. Brasiliense, 1994.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira.** Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DUARTE, J. C. Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil em 1970. Piracicaba: 1971. Dissertação de Mestrado - ESALQ, USP.

ERIS, Ibrabim e outros. **Distribuição de renda e sistema tributário no Brasil.** ANPEC, dezembro de 1994.

FANTORI, Margarida Maria Souto. **Distribuição de renda e salário mínimo: uma controvérsia nacional.** SUTE/DIESE, Belo Horizonte, 1989.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Saga, 1974.

_____. **Análise do Modelo Brasileiro.** 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973

JEVONS, W. Stanley. **A teoria da economia política.** Trad. Cláudia Laversveier de Moraes. Col. Os Economistas. Nova Cultural, São Paulo, 1996.

LANGONI, C. G. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil.** Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.

MARX, K. **Salário, Preço e Lucro.** Trad. Leandro Konder. In: Col. Os Economistas. Nova Cultural. São Paulo. 1996.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e da Coordenação Geral. SUPLAN/SEI. **Comportamento da Economia Mineira, período 1960 - 1977.** Belo Horizonte, 1978.

MOTTA, M. F. Thompson. "Desenvolvimento e Planejamento". Em: **Estudos Econômicos Brasileiros.** Seleções APEC N° 4, 1969.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Nova Cultural. Col . Os economistas. São Paulo, 1996.

SAMUELSON. P. A. **Introdução à análise econômica**. AGIR. Rio de Janeiro, 1970.

SINGER, Paul. **A Crise do "Milagre"**. Rio de Janeiro, Paz e terra. 8a. Edição,

_____. **Curso de Introdução à Economia Política**. 12- ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1989.

SIMONSEM, Mário Henrique e CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Nova Economia Brasileira**. 3a. Edição. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1979.

SMIHH, Adan. **A riqueza das nações**. Vol. 1. Trad. Luiz João Baraúna. Nova Cultural. Col. Os economistas. São Paulo, 1996.

SRAFFA, P. **Mudanças nos métodos de produção**.

TOLIPAN, Ricardo e Tinelli, A. C. (orgs.) **A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975

6.2 - Artigos citados e/ou consultados

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos "Dividir ou Multiplicar: A Concentração de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira". Em **Visão**, novembro/1970.

DIEESE, "Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida". Em: **Estudos Sócio-econômicos**, 2, janeiro 1974.

FISHLOW, A. "Algumas Reflexões sobre a Política Económica Brasileira após 1964". Em: **Estudos CEBRAP** - 7, São Paulo, 1974.

_____. "Distribuição de Renda no Brasil - Um Novo Exame". Em: **Dados**, n-11, 1973.

HOFFMANN, Rodolfo, e João Carlos Duarte. "A Distribuição de Renda no Brasil". **Revista de Administração de Empresas**, Vol. 14, N^o 2, pp. 46-66, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". Em: **Estudos CEBRAP** - 2, São Paulo, 1972

SINGER, Paul. "Divisão de Renda no Brasil". Em: **Mundo Económico**, p 39-41, julho de 1969.

_____. "Quem são os Ricos no Brasil". Em: **Opinião** - 119, 14/02/75.

_____. "Mais Pobres e Mais Ricos". Em: **Opinião** - 116, 24/01/75.

_____. "A Economia Brasileira depois de 1964". Em: **Debate e Crítica** - 4, São Paulo, Novembro de 1974.

TAVARES, Maria Conceição e SERRA, José. "Mas AUá dei Estanciamiento, Una discussion sobre el Estilo dei Desarrollo Reciente de Brasil". Em: **Trimestre Económico**, vol. 53, No. 152, outubro - dezembro 1971.

6.3 - Dicionário

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. 6^a ed. São Paulo, Best Seller, 1994.

6.4 - Fontes

1- Censos demográficos (FIBGE) 1960 e 1970

2- índices Sócio-econômicos (SEPLAN) MG - 1960 -1980

3- Conjuntura Econômica (FGV)

-janeiro de 1970 -

outubro 1978